



NOTA CRÍTICA

A UERJ em estado de calamidade pública

Jônatas da Silva Abreu Aarão*

O governo do estado do Rio de Janeiro, desde o fim da gestão Sérgio Cabral, vem implementando uma política deliberada de subfinanciamento da UERJ e de seu complexo¹. Ao fim de 2014, este governo deixou de efetuar o pagamento referente às empresas terceirizadas que prestavam serviços de manutenção, segurança e limpeza para a universidade. O resultado foi o atraso dos salários e demais benefícios dos trabalhadores. No caso dos trabalhadores da limpeza, houve reação e uma forte paralisação na segunda quinzena de dezembro, que reivindicava o acerto dos pagamentos atrasados.

Em 2014, muito antes de começar a atrasar o pagamento dos salários e das bolsas dos servidores e estudantes da UERJ, o governo do RJ já sinalizava que não cumpriria com os compromissos relacionados ao custeio da universidade, uma vez que afirmava não ter verbas para garantir o pagamento integral daquilo que estava previsto nos contratos firmados com as empresas terceirizadas.

Este cenário manteve-se ao longo de todo o ano de 2015, já na gestão do governo Pezão. Por diversos momentos, algumas das principais atividades que garantem o funcionamento da universidade (limpeza e manutenção, por exemplo) foram parcial ou completamente paralisadas, em virtude de recursos *não repassados pelo governo* às empresas terceirizadas que prestam esses serviços.

Em setembro do mesmo ano, o pagamento das bolsas dos estudantes – de permanência, residência, estágio, etc. – começou a atrasar. Em face disto, alguns estudantes, principalmente os cotistas, passaram a não ter condições econômicas de frequentar as aulas. Com a iminente chegada do fim do período 2015.2 e as provas de final de curso, os estudantes decidiram ocupar a universidade até o pagamento das bolsas, fato que ocorreu na primeira semana de dezembro de 2015. Neste mesmo período, o governo anunciou, pela primeira vez, o parcelamento dos salários dos servidores do estado. Antes quitado no segundo dia útil de cada mês, o pagamento foi fracionado pelo governo e passou a ser efetuado em duas parcelas, uma parte no 2º dia útil e o restante no 7º dia útil.

A ocupação da UERJ por parte dos estudantes teve alguns resultados imediatos, como a regularização, ao final do ano, do pagamento das bolsas. Não obstante, ao chegar o ano de 2016, abateu-se a mais grave crise enfrentada pelo serviço público estadual e, por conseguinte, pela UERJ. Após parcelar os salários

* Mestrando em economia pelo PPGE/UFRJ e servidor técnico-administrativo da UERJ.

¹ A UERJ é composta por outras quatorze unidades externas além do *campus* Maracanã, inclusive a Policlínica Piquet Carneiro (PPC) e o Hospital Universitário Pedro Ernesto (HUPE).

dos servidores em dezembro de 2015 e janeiro de 2016, o governo do RJ anunciou que o pagamento, a partir de março de 2016, passaria a ser efetuado no décimo dia útil, e o 13º salário seria pago apenas de forma integral, em dezembro, e não mais metade em junho e metade em dezembro, como era de praxe. Ademais, o pagamento das bolsas estudantis e o custeio da universidade voltaram a atrasar. Em razão do difícil cenário que se avizinhava, os servidores da UERJ (técnicos-administrativos e docentes), juntamente com os estudantes, deflagraram greve a partir do dia 07 de março.

Na pauta da greve, estavam basicamente os seguintes pontos: (i) o retorno do pagamento dos salários ao segundo dia útil; (ii) a regularização do pagamento das bolsas estudantis e dos salários e benefícios dos trabalhadores terceirizados; e (iii) a normalização do custeio da universidade – pagamento das empresas de manutenção, limpeza, segurança e alimentação (“bandejão”), bem como disponibilização de verbas para garantir o funcionamento das unidades educacionais e de saúde da UERJ.

A greve de 2016 durou cinco meses e terminou logo após o fim dos jogos olímpicos, com a promessa do governo do RJ de regularizar o pagamento dos salários e bolsas e garantir as verbas para o custeio da universidade. O que se viu, no entanto, foi justamente o contrário. O governo não garantiu sequer o valor que lhe cabia em relação ao orçamento referente à UERJ que a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ) aprovou para o ano de 2016, correspondente a 1,1 bilhão de reais. Destes, 948 milhões de reais eram recursos provenientes do Tesouro do Estado.

Dos recursos oriundos do Tesouro do Estado, 90% (aproximadamente 853 milhões e 200 mil reais) destinavam-se ao pagamento de salários e bolsas de servidores e estudantes, enquanto que os 10% restantes direcionavam-se a garantir o funcionamento da universidade – serviços de segurança, manutenção, limpeza, alimentação etc. Destes 10% (aproximadamente 90 milhões de reais), apenas 15,5 milhões de reais foram destinados ao pagamento das despesas descritas acima, o que representa a garantia de apenas dois meses, em um total de doze, de funcionamento dos serviços necessários para que a universidade se mantivesse operante e ativa.

O governo do RJ, ao implementar sua política de subfinanciamento da educação pública superior², simplesmente abandonou a UERJ. Como resultado dessa política, as empresas terceirizadas rescindiram os contratos e pararam de

² Não apenas a UERJ, mas também a UENF e a UEZO foram vítimas da política de subfinanciamento implementada pelo governo Pezão.

fornecer serviços à comunidade acadêmica³. Como se não bastasse a dramática situação do custeio da universidade, o governo do RJ passou a atrasar sistematicamente o pagamento dos salários dos servidores e das bolsas dos estudantes a partir de dezembro de 2016. Em janeiro de 2017, nova greve foi deflagrada pelo pagamento de salários e para garantir as verbas mínimas de custeio.

Em guerra contra o ensino superior público, o governo, com o apoio da grande mídia, para se defender, argumentou ao longo do ano de 2017 que a UERJ era “cara” e precisava aprender a captar recursos próprios que garantissem o seu funcionamento. O argumento, muito embora não explicitasse de forma clara, trazia consigo, implicitamente, a ideia de que a UERJ deveria passar por um processo, ainda que moroso, de privatização. A concepção privatista, no entanto, não tardou a aparecer em sua forma mais escancarada, através do Ministro da Fazenda Henrique Meirelles. Este, ao recomendar um rigoroso ajuste nas contas do governo do RJ, apontou para a privatização da UERJ e a demissão dos servidores que compõem seu quadro como possível solução para a crise das contas públicas.

A repercussão extremamente negativa das recomendações de Meirelles fez com que Pezão firmasse um “compromisso com o povo do Rio de Janeiro”. Segundo Pezão, em seu governo, a UERJ não seria privatizada. Sabe-se, todavia, que a UERJ só não sucumbiu à sanha privatista em razão da luta aguerrida que os servidores e estudantes desta universidade travaram. Seja através de greves, piquetes, ou até mesmo em atos públicos em conjunto com o funcionalismo público estadual, os servidores e estudantes da UERJ resistiram e, por isso, conseguiram evitar o seu fechamento e a sua privatização.

Com a normalização do pagamento dos salários e das bolsas, a greve dos docentes e técnicos teve fim. E, como em todo processo político, é necessário fazer um balanço crítico. É bem verdade que a greve de 2017 foi muito longa e, por vezes, cumpriu um papel meramente defensivo, isto é, o de impedir que os trabalhadores da universidade trabalhassem sem receber. Nesse ínterim, a greve, enquanto instrumento de luta contra o capital e contra um governo sujo até a medula por escândalos de corrupção, deixou a desejar. Muito embora, em seu início, ela tenha contado com a participação ativa de um bom número de servidores e estudantes e as atividades administrativas e acadêmicas tenham sido interrompidas em praticamente sua totalidade, com o passar do tempo e com a posição irreduzível do governo, a greve acabou por se esvaziar.

³ Por quase todo o ano de 2017, o bandejão da UERJ ficou fechado. Insatisfeitos com a situação, estudantes ocuparam o espaço do bandejão e iniciaram uma espécie de gestão coletiva, que contou com o fornecimento de refeições diárias (almoço e café) para estudantes e servidores. Após a ocupação, a reitoria da universidade agiu rapidamente e contratou, por intermédio de processo licitatório, uma empresa para gerir o bandejão. Com isso, a ocupação teve fim e o bandejão voltou a funcionar regularmente.

A conjuntura de 2018 parece não ser menos difícil do que a dos anos anteriores. Não há a menor garantia, por parte do governo, de que os salários e bolsas serão pagos de maneira regular. Além disso, os fantasmas do subfinanciamento e da privatização ainda percorrem os corredores cinzentos da UERJ. A luta contra a privatização e o sucateamento da UERJ passa por uma reflexão sobre qual tipo de greve deve-se empreender. Não se trata aqui de negar a greve enquanto instrumento de luta dos trabalhadores. Trata-se de pensar qual tipo de luta deve-se travar quando a educação e a saúde públicas e até mesmo os empregos estão em vias de se esfacelarem.

Uma “greve de pijama”, longa, morosa, na qual os servidores ficam em casa esperando as direções dos sindicatos e do DCE negociarem dentro dos gabinetes com deputados, secretário da ciência e tecnologia e governador, como ocorreu em 2017, parece não incomodar o empresariado e o governo, haja vista que, apesar de toda a pressão da opinião pública, Pezão manteve, durante um ano inteiro, o pagamento dos servidores em atraso⁴. Uma alternativa para os trabalhadores é realizar uma greve mais curta, porém intensa e combativa, com ampla mobilização e participação da comunidade acadêmica. Ademais, a obstrução dos interesses do capital e do governo requer a construção de uma greve geral capaz de aglutinar diferentes frações da classe trabalhadora em torno de uma pauta de defesa dos direitos dos trabalhadores, bem como da educação e da saúde pública. Esta, sim, parece ser uma alternativa para que a classe trabalhadora se defenda dos ataques do capital e do governo e, ao mesmo tempo, contra-ataque.

Para que a UERJ sobreviva aos violentos ataques aos quais tem sido submetida, é necessário não somente resistir. É necessário reagir! A reação passa por uma unidade de toda a comunidade acadêmica e de uma relação mais próxima com o povo trabalhador. Somente através da luta intensa e combativa e de uma ampla unidade com os outros segmentos da classe trabalhadora será possível impedir o sucateamento e o subfinanciamento da universidade e expulsar, de uma vez por todas, o fantasma da privatização.

Recebido em 03 de fevereiro de 2018

Aprovado em 02 de março de 2018

⁴ O salário e as bolsas chegaram a ficar quatro meses atrasados ao longo do ano de 2017.